

TRT2 em Números

2014

- GESTÃO DE PESSOAS
- DESPESA E ARRECADAÇÃO



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Presidente
Vice-Presidente Administrativo
Vice-Presidente Judicial
Corregedora Regional

Silvia Regina Pondé Galvão Devonald
Rosa Maria Zuccaro
Wilson Fernandes
Beatriz de Lima Pereira

Secretaria de Gestão da Informação Institucional

Maria Inês Ebert Gatti (Diretora)

Coordenadoria de Estatística e Gestão de Indicadores

Gustavo Miranda da Silva (Diretor)
Adriana Domanoski Gurniak
Beatriz Maria Caccavella Chaves
Dario Nery
Luciano Costa da Fonseca
Maria Conceição de Freitas
Maria Lúcia da Costa

Mateus Borges Leite
Otacílio Torres Vilas Boas
Rodrigo Bazilio Terra
Rogerio Krachinski
Sergio Henrique Dardé
Simone Maria Socio Ferreira

Dados:

Secretaria de Gestão de Pessoas

Denize Mota (Diretora)

Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira

Nivaldo Catania (Diretor)

Impressão:

Secretaria de Apoio Administrativo

Adriana Marcellino (Diretora)
Maria Alice Dias Monteiro

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

BRASIL. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO. TRT2 em Números - 2014. Gestão de Pessoas; Despesa e Arrecadação. São Paulo, 2015.

Apresentação

Esta é a primeira publicação da série “TRT2 em Números”, que tem como objetivo facilitar o acesso dos gestores deste Regional ao conhecimento estatístico produzido pela Secretaria de Gestão da Informação Institucional sobre as diversas áreas do Tribunal, e em diferentes aspectos.

Nesta primeira publicação da série está traçado o perfil do quadro de pessoal e dos recursos financeiros.

O diagnóstico de qualquer instituição, pública ou privada, exige o conhecimento de seus números, os quais são a evidência dos resultados obtidos em face dos recursos disponíveis. A estatística é a ferramenta certa e ideal para esse tipo de demonstração. Esta publicação, modestamente inspirada no já avalizado relatório anual estatístico produzido pelo Conselho Nacional da Justiça, oferece aos gestores a possibilidade de análise do diagnóstico obtido, no contexto socioeconômico do país, de acordo com as tendências verificadas.

Assim, confiamos que os dados ora apresentados são ferramentas valiosas para auxiliar a Administração no cumprimento do Planejamento Estratégico (2015-2020), oferecendo suporte

para as melhores decisões de gestão.

Além disso, a série “TRT2 em Números” contempla os Princípios de Transparência e Publicidade, ao oferecer acesso dos dados para toda a sociedade, no site do Tribunal (<http://www.trtsp.jus.br/transparencia/estatistica>).

Neste relatório, “TRT2 em Números – Gestão de Pessoas, Despesa e Arrecadação”, o conteúdo apresentado diz respeito ao ano de 2014. E, no que se refere aos itens Força de trabalho, Cargos em comissão/Funções de confiança, Tempo de serviço, Idade, Sexo, Estado civil, Portadores de necessidades especiais, Origem, Nível de escolaridade e Formação, tem-se como base dados obtidos no dia 27/03/2015.

Secretaria de Gestão da Informação Institucional

Sumário

Gestão de Pessoas	7
Perfil do quadro de pessoal	8
Força de trabalho	8
Cargos em comissão/Funções de confiança	12
Tempo de serviço	13
Idade	16
Sexo	19
Estado civil	20
Portadores de necessidades especiais	22
Origem	23
Nível de escolaridade	25
Formação	27
Flutuação de mão de obra	28
Aposentadorias	30
Índice de rotatividade	31
Índice de remoção interna	32
Taxa de renovação dos cargos de chefia e direção (Servidores)	33
Média de tempo de trabalho por dia dos servidores que registram horários	34

Saúde	35
Índice de absenteísmo	35
Índice de instalações físicas adequadas	38
Índice de acessibilidade para portadores de necessidades especiais	39
Ginástica laboral	40
Treinamentos	41
Capacitação nas competências institucionais	41
Índice médio de capacitação em competências	42
Percentual do orçamento de custeio aplicado em capacitação	43
Despesa e Arrecadação	44
Despesa	45
Arrecadação	47
Relação entre arrecadação total e despesa total	48
Referências bibliográficas	49



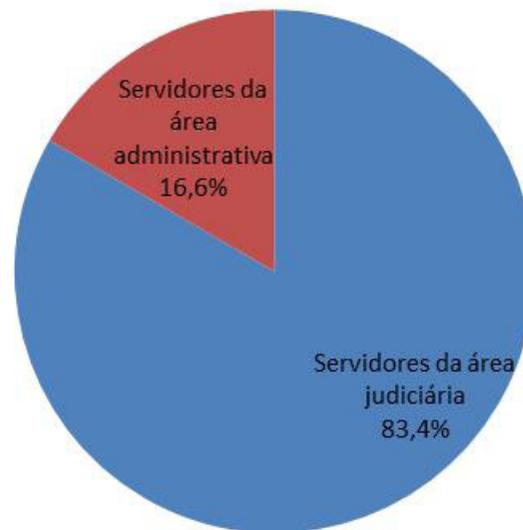
GESTÃO DE PESSOAS

Força de trabalho

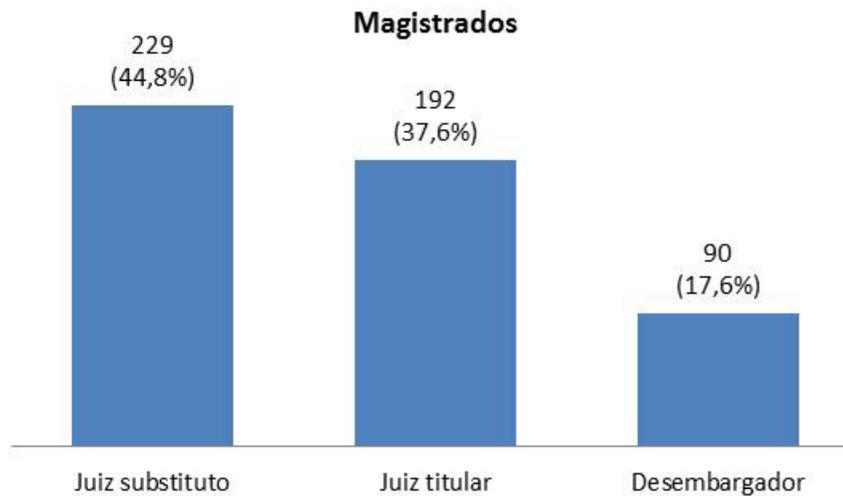
	Magistrados	Servidores	Total
1º Grau	421	3.401	3.822
2º Grau	90	1.210	1.300
Área adm.	-	921	921
Total	511	5.532	6.043

Outros funcionários	Quantidade
Sem vínculo efetivo	13
Terceirizados	1.164
Estagiários	128
Total	1.305

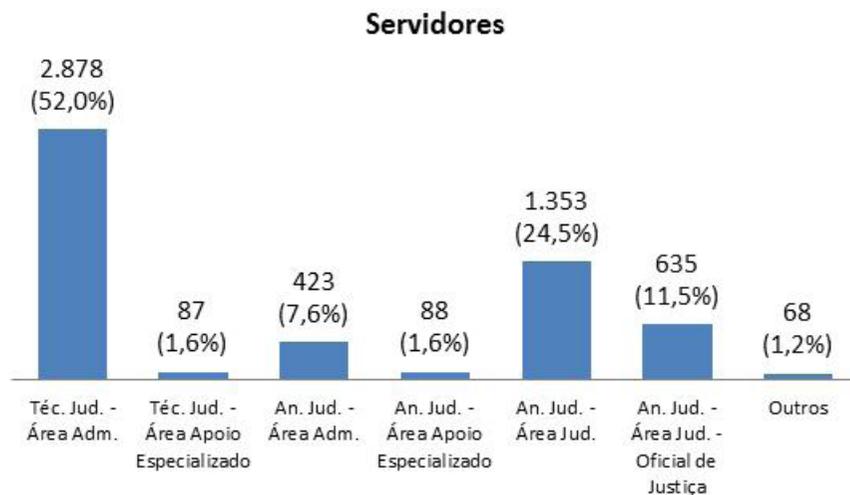
Força de trabalho



Força de trabalho



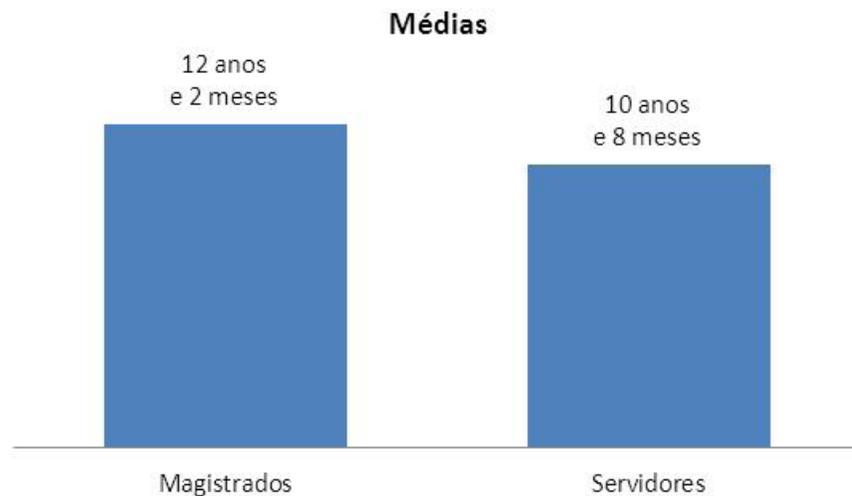
Força de trabalho



Cargos em comissão/Funções de confiança

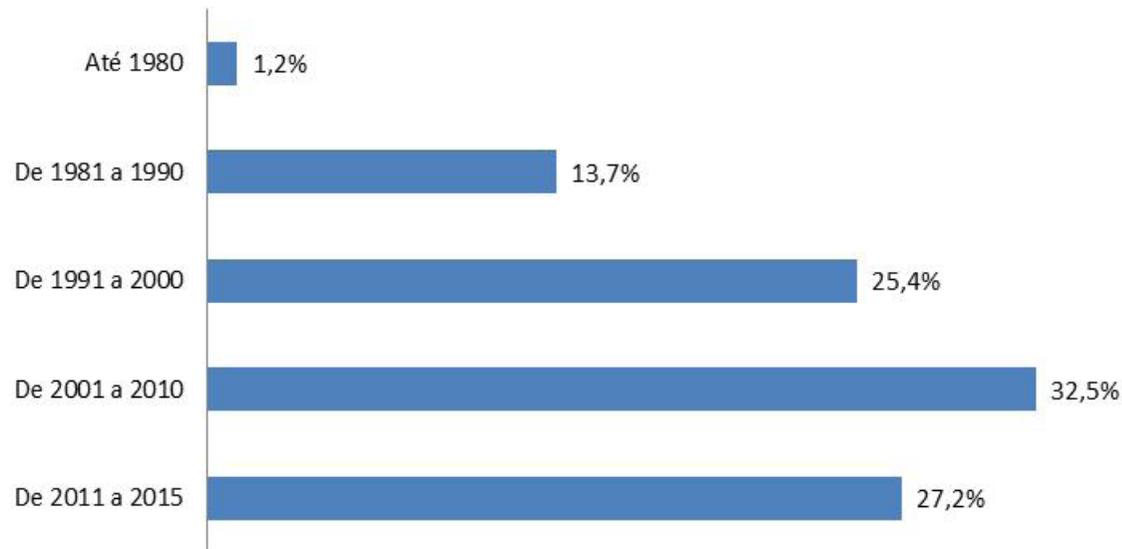


Tempo de serviço



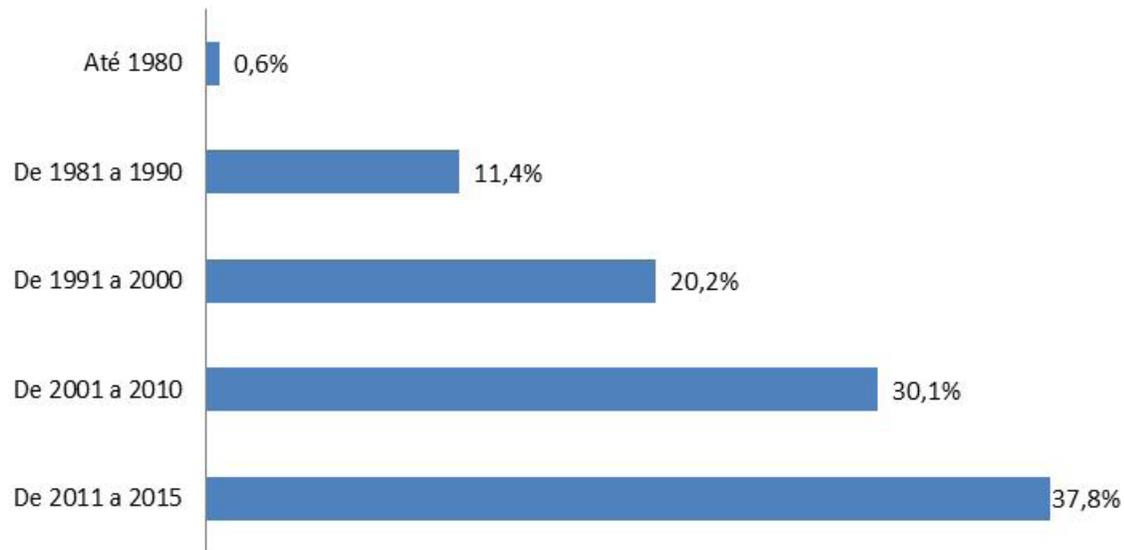
Tempo de serviço

Distribuição dos magistrados por período de ingresso

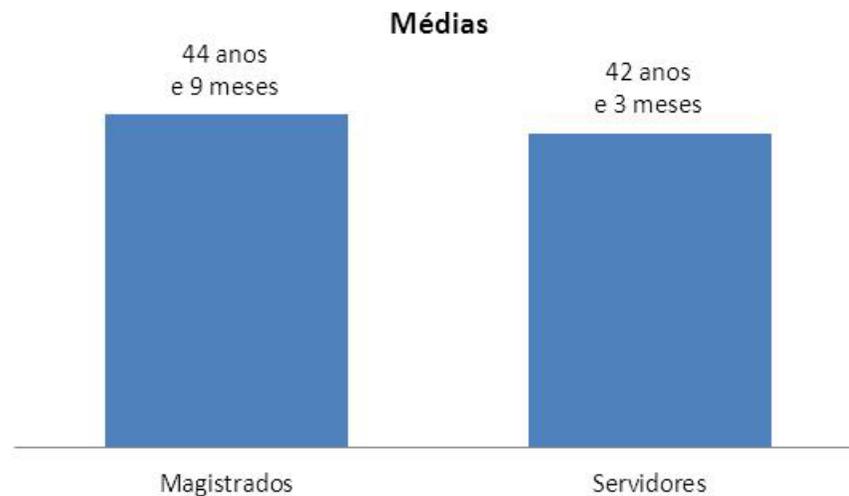


Tempo de serviço

Distribuição dos servidores por período de ingresso

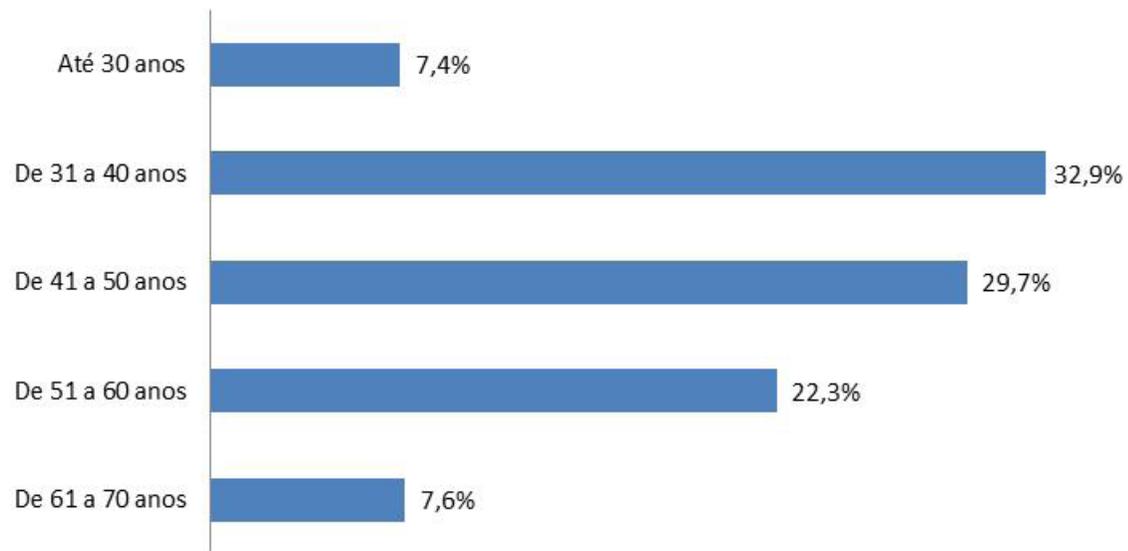


Idade



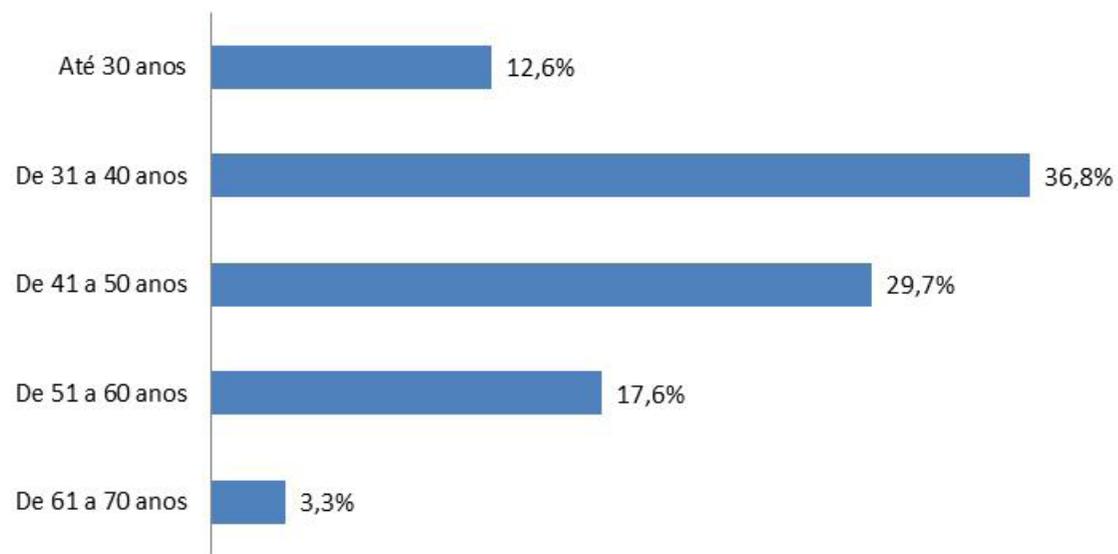
Idade

Distribuição dos magistrados por faixa etária



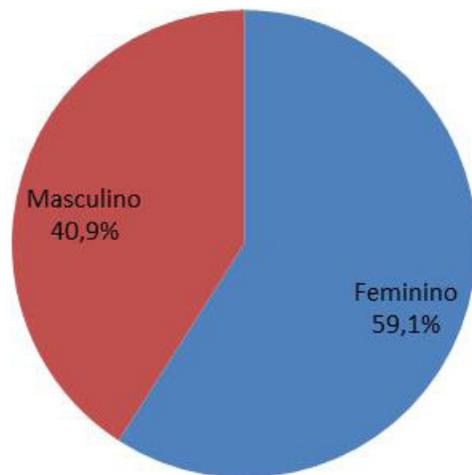
Idade

Distribuição dos servidores por faixa etária

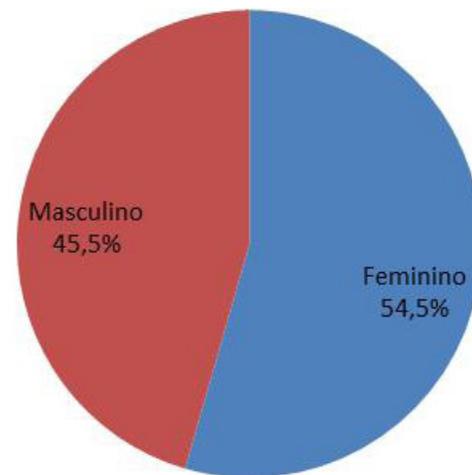


Sexo

Magistrados

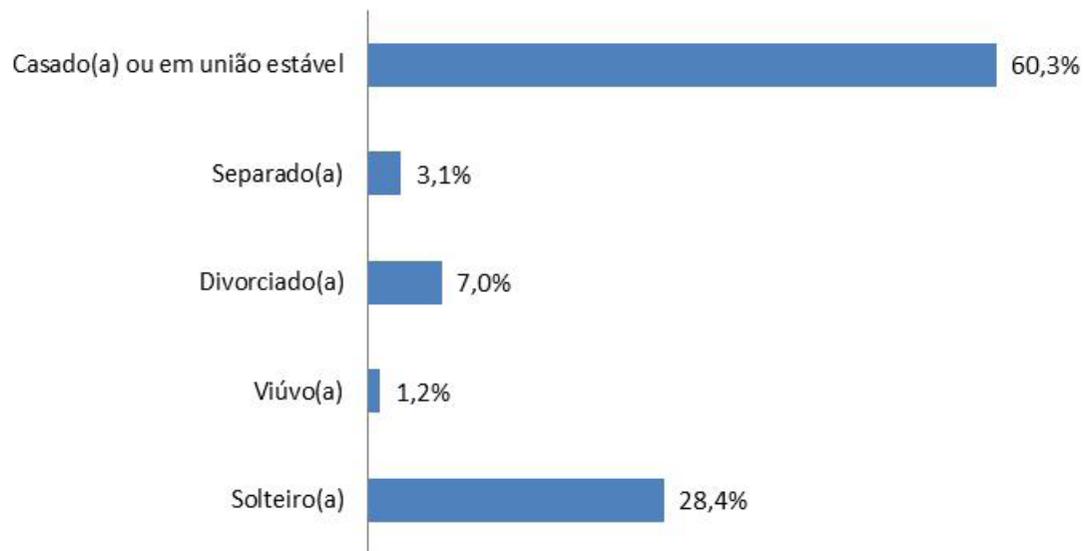


Servidores



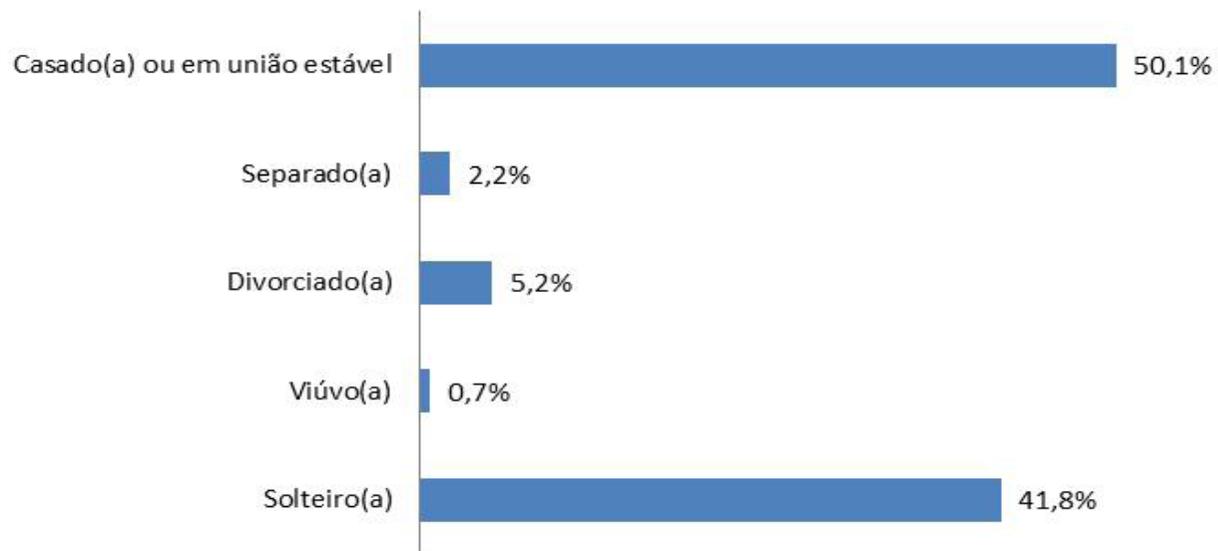
Estado civil

Magistrados

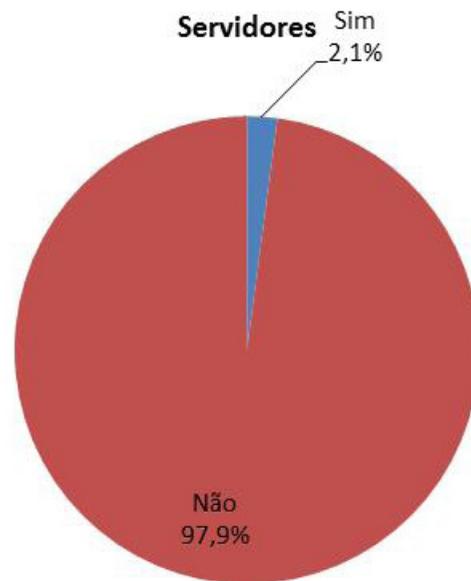
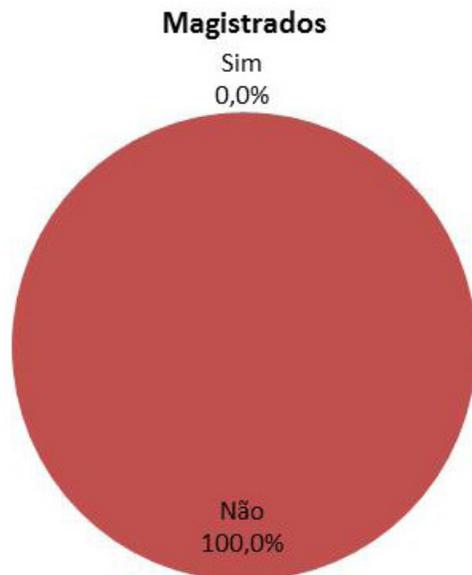


Estado civil

Servidores



Portadores de necessidades especiais



Origem

MAGISTRADOS

Distribuição por UF					
AC	0,00%	MA	0,00%	RJ	2,54%
AL	0,39%	MT	0,78%	RN	0,00%
AP	0,00%	MS	0,98%	RS	4,50%
AM	0,39%	MG	6,07%	RO	0,00%
BA	2,54%	PA	0,00%	RR	0,20%
CE	1,37%	PB	0,59%	SC	1,17%
DF	0,39%	PR	3,33%	SP	71,43%
ES	0,59%	PE	0,59%	SE	0,78%
GO	0,39%	PI	0,39%	TO	0,00%

Distribuição por região	
Centro-Oeste	2,54%
Nordeste	6,65%
Norte	0,59%
Sudeste	80,63%
Sul	9,00%

Outros países	
	0,59%

Origem

SERVIDORES

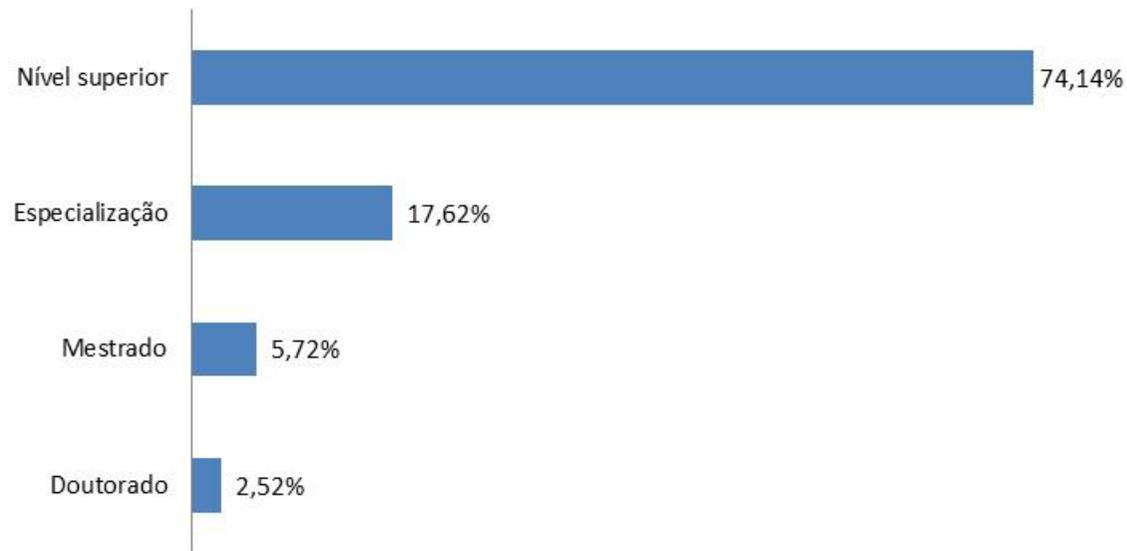
Distribuição por UF					
AC	0,00%	MA	0,29%	RJ	4,52%
AL	1,27%	MT	0,14%	RN	0,43%
AP	0,00%	MS	0,69%	RS	1,01%
AM	0,20%	MG	5,66%	RO	0,04%
BA	4,43%	PA	0,47%	RR	0,00%
CE	0,98%	PB	0,60%	SC	0,63%
DF	0,61%	PR	3,11%	SP	70,01%
ES	0,90%	PE	1,64%	SE	0,38%
GO	1,07%	PI	0,60%	TO	0,05%

Distribuição por região	
Centro-Oeste	2,51%
Nordeste	10,61%
Norte	0,76%
Sudeste	81,09%
Sul	4,75%

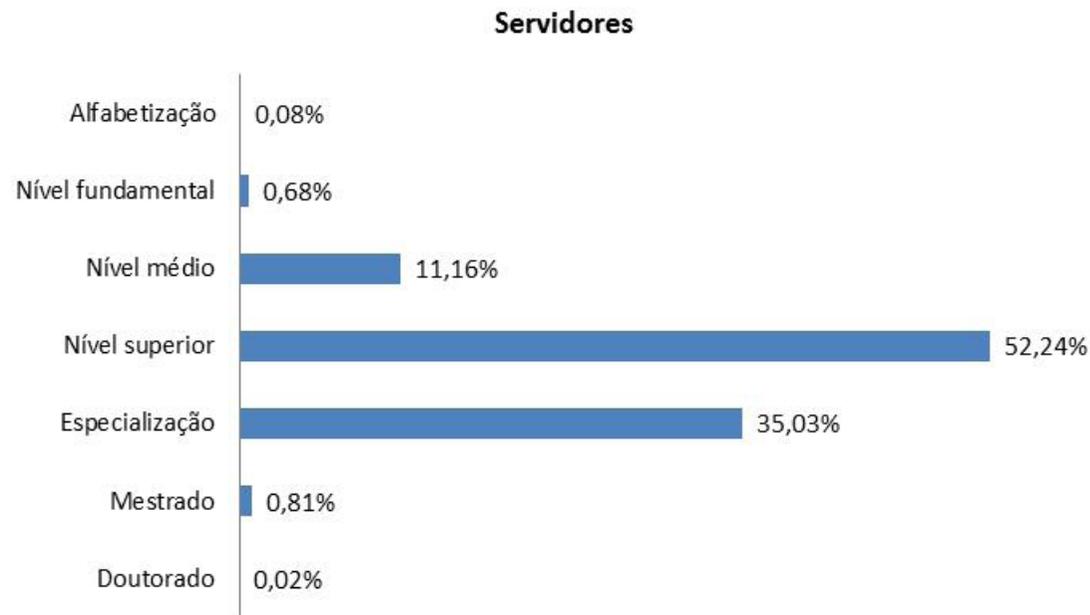
Outros países	
	0,27%

Nível de escolaridade

Magistrados



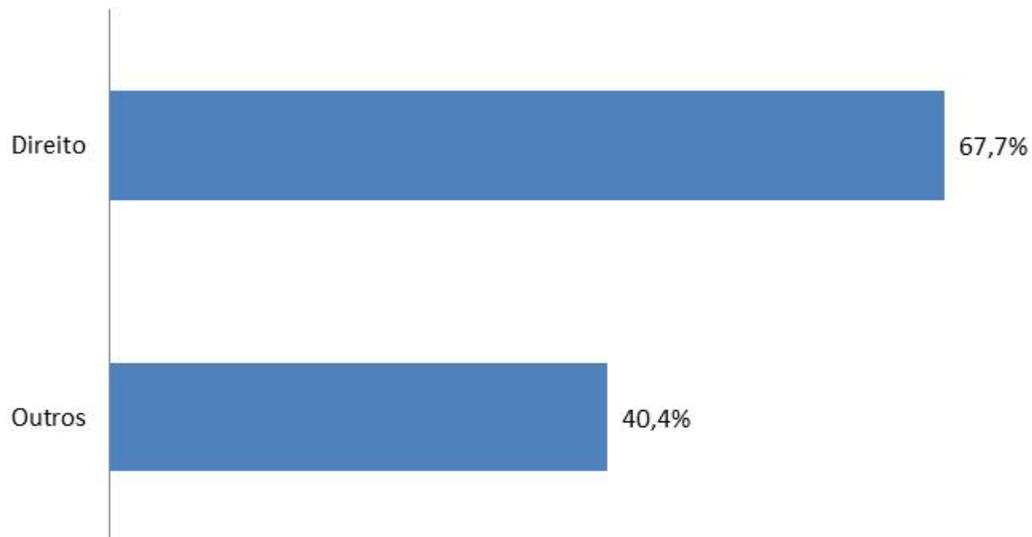
Nível de escolaridade



Formação

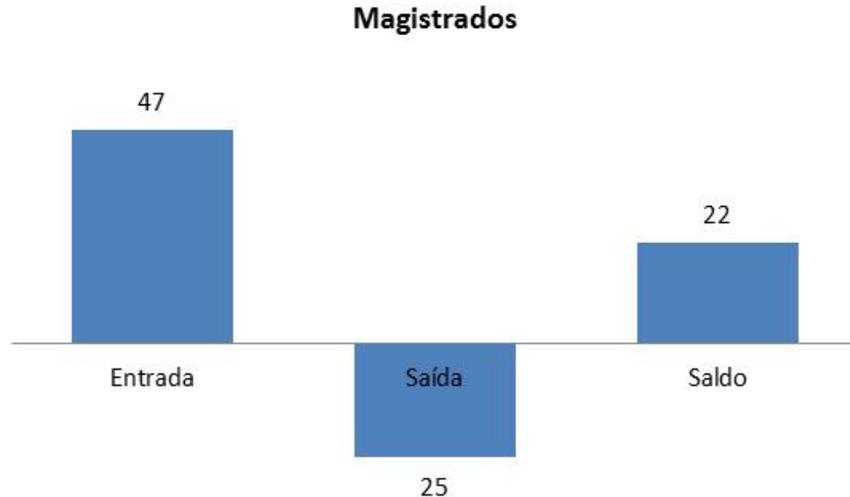
Como há servidores com mais de uma formação, a soma dos percentuais no gráfico a seguir ultrapassa 100,0%.

Servidores com nível superior

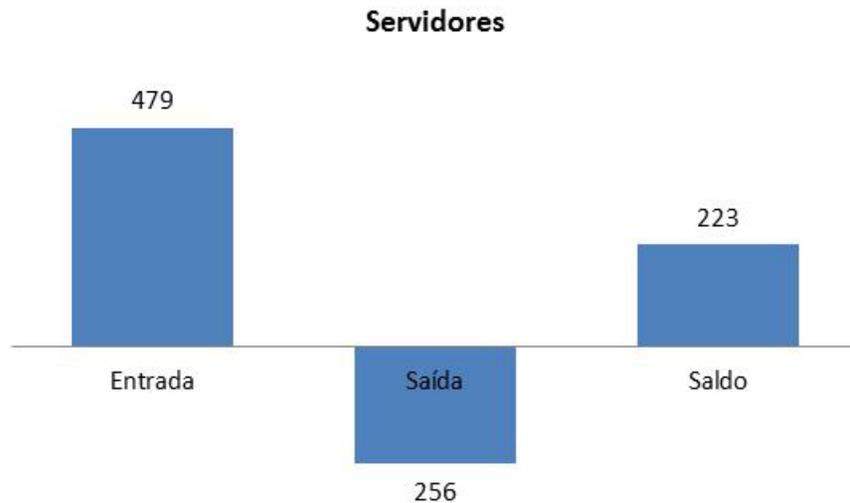


Flutuação de mão de obra

Os gráficos referentes à flutuação de mão de obra indicam, em cada caso apresentado, as quantidades de pessoas que entraram e saíram do Tribunal no período analisado, e o saldo resultante das entradas e saídas.



Flutuação de mão de obra



Aposentadorias

MAGISTRADOS

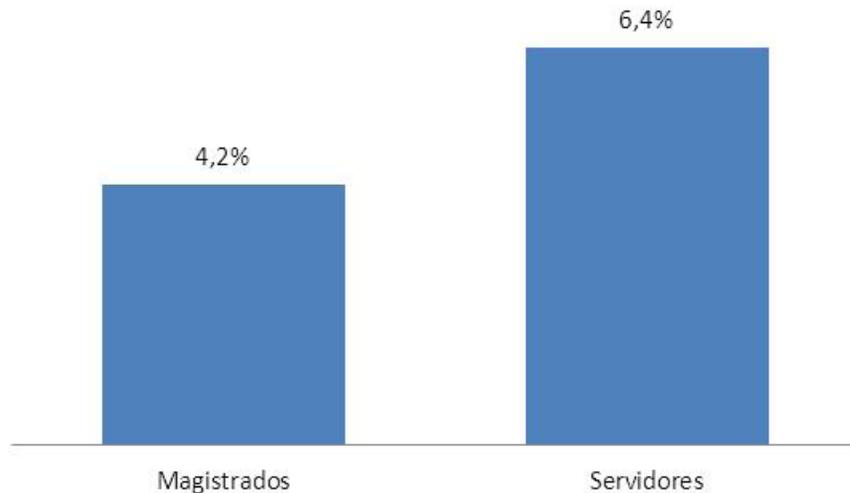
Aposentadoria voluntária	10
Aposentadoria compulsória	0
Aposentadoria por invalidez	0
Total	10

SERVIDORES

Aposentadoria voluntária	79
Aposentadoria compulsória	4
Aposentadoria por invalidez	23
Total	106

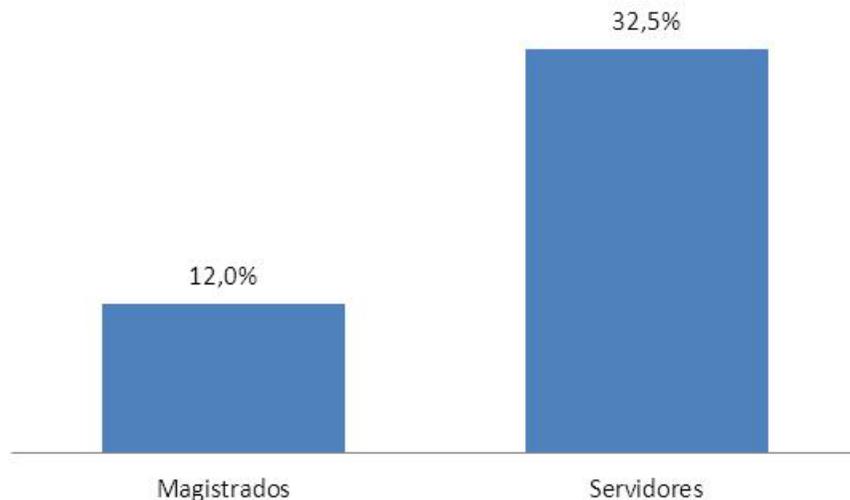
Índice de rotatividade

O índice de rotatividade aponta o nível de reposições no quadro de pessoal do Tribunal. Para tanto, compara, no período analisado, a média das quantidades de entradas e saídas com a quantidade inicial de pessoas. A quantidade de entradas não inclui as entradas ocorridas em função da criação de novas vagas, pois estas representam crescimento, e não substituição.

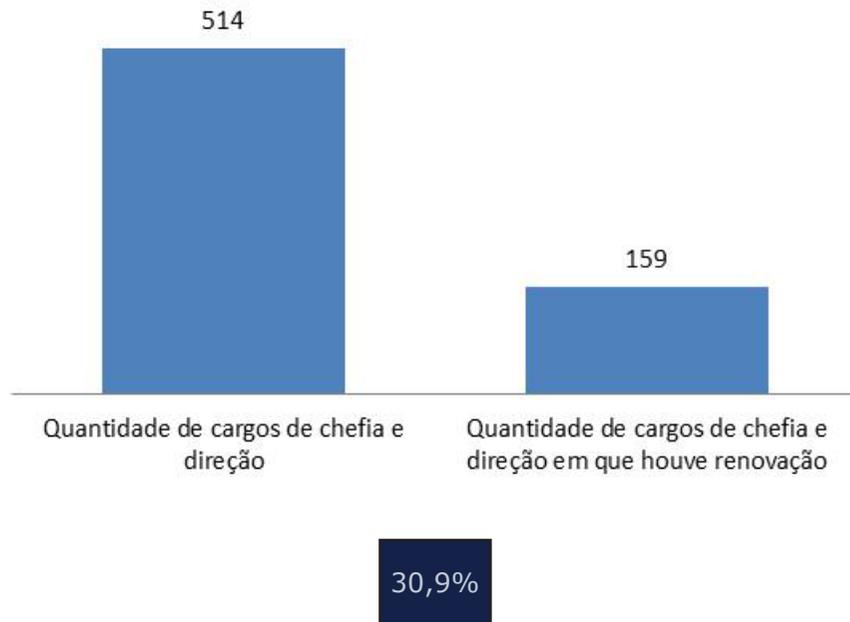


Índice de remoção interna

O índice de remoção interna aponta o nível de mudanças de lotação no quadro de pessoal do Tribunal. Para tanto, compara, no período analisado, a quantidade de pessoas que mudaram de lotação com a quantidade total de pessoas. Com relação aos magistrados, foram consideradas apenas as remoções entre Turmas no 2º Grau e entre Varas no caso de juízes titulares no 1º Grau.



Taxa de renovação dos cargos de chefia e direção (Servidores)



Média de tempo de trabalho por dia dos servidores que registram horários

8 horas e 26 minutos

Índice de absenteísmo

O índice de absenteísmo aponta o nível de ausências ocorridas. Para tanto, compara, no período analisado, a quantidade de ausências com a quantidade de presenças esperadas.



Como os quadros a seguir são referentes ao ano de 2014, os cálculos não levam em consideração, nos períodos de ausência, partes não incluídas em 2014. Assim, por exemplo, uma licença-maternidade com início em 2013 e término em 2014, não considera o período transcorrido em 2013 nos resultados apresentados.

Índice de absentismo

MAGISTRADOS

Tipo de absentismo	Duração média	Média de casos por pessoa
Exames e consultas	1,05 dias	0,127
Licença médica	9,94 dias	0,319
Licença-maternidade	75,0 dias	0,007
Prorrogação de licença-maternidade	39,75 dias	0,009
Aborto	30,0 dias	0,004
Doença grave	10,67 dias	0,013
Acompanhamento de familiar	5,73 dias	0,092

Índice de absenteísmo

SERVIDORES

Tipo de absenteísmo	Duração média	Média de casos por pessoa
Exames e consultas	1,02 dias	0,152
Licença médica	7,23 dias	0,417
Licença-maternidade	76,50 dias	0,013
Prorrogação de licença-maternidade	43,64 dias	0,012
Aborto	26,25 dias	0,001
Doença grave	26,72 dias	0,008
Acidente em serviço	11,81 dias	0,007
Acompanhamento de familiar	3,89 dias	0,061

Índice de instalações físicas adequadas

O índice de instalações físicas adequadas aponta o percentual de unidades Nível II com instalações físicas adequadas. São consideradas unidades Nível II as varas, as turmas, os gabinetes, as secretarias e as coordenadorias. No caso de secretarias sem coordenadorias, são levadas em conta as seções.

76,1%

Índice de acessibilidade para portadores de necessidades especiais

O índice de acessibilidade para portadores de necessidades especiais aponta o percentual de unidades Nível II com acessibilidade para portadores de necessidades especiais de acordo com a NBR 9050. São consideradas unidades Nível II as varas, as turmas, os gabinetes, as secretarias e as coordenadorias. No caso de secretarias sem coordenadorias, são levadas em conta as seções.

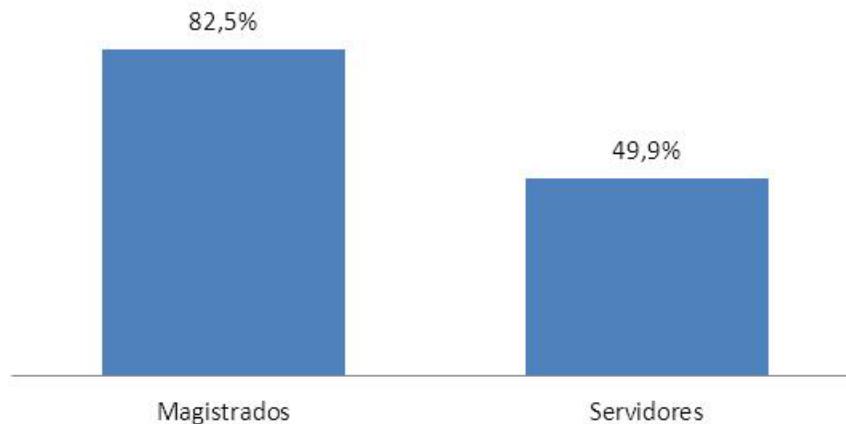
43,0%

Ginástica laboral

Local	Frequência	Participação
Fórum Ruy Barbosa	2 vezes por semana	11,9%
Unidade Judiciária	2 vezes por semana	51,7%
Unidade Administrativa I	2 vezes por semana	18,5%
Unidade Administrativa II	2 vezes por semana	40,3%

Capacitação nas competências institucionais

O indicador capacitação nas competências institucionais aponta o percentual de pessoas com pelo menos 20h de treinamentos nas competências institucionais no período analisado. Competências institucionais são aquelas relacionadas às atividades de gestão e à atividade fim do órgão.

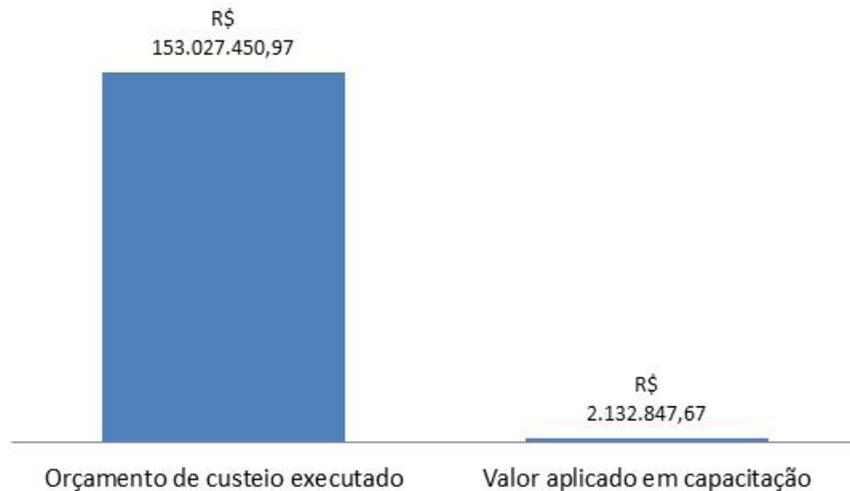


Índice médio de capacitação dos servidores em competências institucionais

O índice médio de capacitação dos servidores em competências institucionais aponta o tempo médio de capacitação em competências institucionais dos servidores no período analisado.

63h

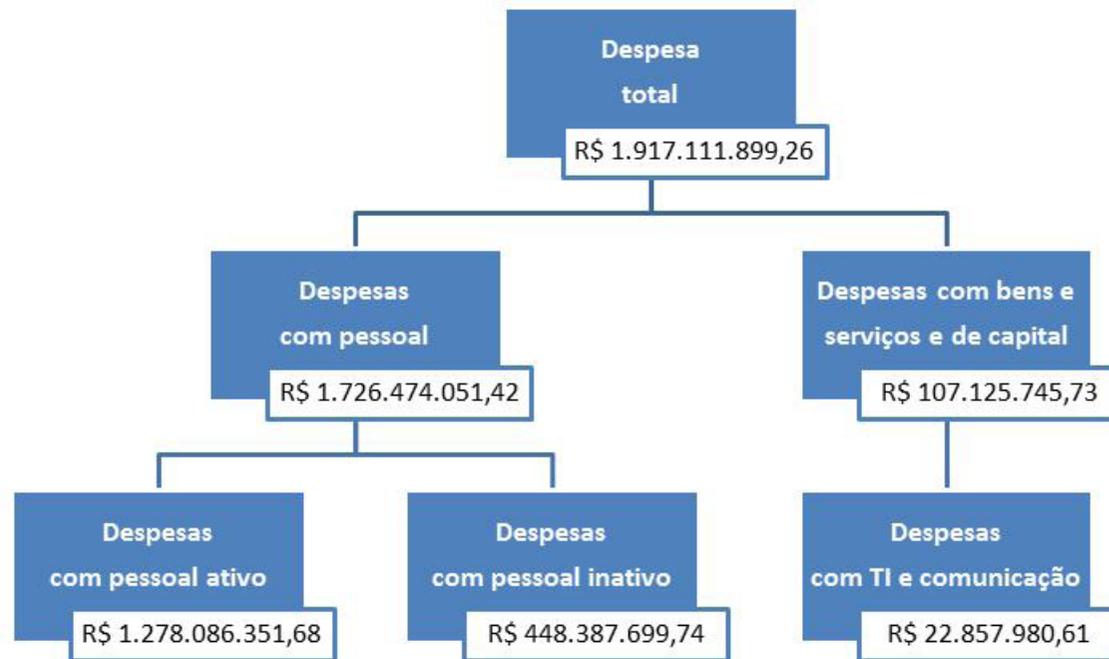
Percentual do orçamento de custeio aplicado em capacitação



$$\frac{\text{Valor aplicado em capacitação}}{\text{Orçamento de custeio executado}} = 1,39\%$$



Despesa e Arrecadação



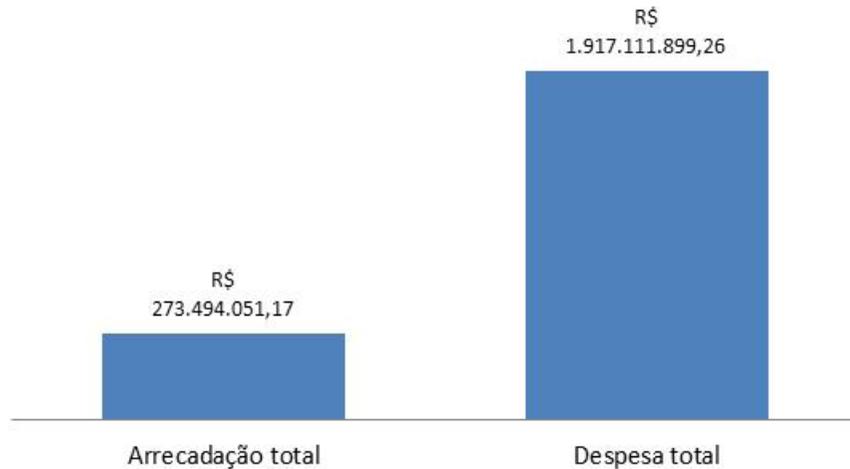
Dentre os itens que compõem a despesa total, aqui apresentada, foram destacadas apenas algumas, constantes do Relatório de Justiça em Números referente ao ano de 2014, ainda não publicado.

Custo por habitante	R\$ 84,90
Custo por sentença	R\$ 3.096,44
Custo por processo baixado	R\$ 2.691,72
Custo por processo arquivado definitivamente	R\$ 4.460,63

Os valores apresentados acima foram obtidos dividindo-se a despesa total pelas quantidades de habitantes da região abrangida pelo TRT2 (22.581.581) – informação obtida junto ao IBGE –, sentenças proferidas (619.135), processos baixados (712.226) e processos arquivados definitivamente (429.785). A quantidade de processos baixados é considerada como a soma dos processos solucionados no 1º Grau (sentenças proferidas) e no 2º Grau (93.091).

Arrecadação total	R\$ 273.494.051,17
Arrecadação com custas	R\$ 30.919.549,92
Arrecadação com emolumentos	R\$ 1.720.415,09
Arrecadação decorrente de execução previdenciária	R\$ 200.201.654,41
Arrecadação de imposto de renda	R\$ 40.130.122,61
Arrecadação decorrente de execução de penalidades impostas por órgãos de fiscalização das relações de trabalho	R\$ 522.309,14

Relação entre arrecadação total e despesa total



$$\frac{\text{Arrecadação total}}{\text{Despesa total}} = 14,3\%$$

Referências Bibliográficas

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Censo do Poder Judiciário. VIDE: Vetores iniciais e dados estatísticos. Brasília, 2014.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Justiça em números 2014: ano-base 2013. Brasília, 2014.

COSTA, R. Gestão para resultados: Como gerar indicadores de gestão de pessoas utilizando ferramentas básicas de TI. Anais do VI Congresso CONSAD de Gestão Pública, Brasília, 2013.

OENNING, N.; CARVALHO, F.; LIMA, V. Indicadores de absentéismo e diagnósticos associados às licenças médicas de trabalhadores da área de serviços de uma indústria de petróleo. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, vol. 37, nº 125, p. 150-158, 2012.

PRATES, N. Proposição de indicadores para a gestão de pessoas no Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Administração Pública Eficaz), Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ROBBINS, S. Fundamentos do comportamento organizacional. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

